

ENTREVISTA COM O COLETIVO PSICANÁLISE NA PRAÇA¹

INTERVIEW WITH THE PSYCHOANALYSIS AT THE SQUARE COLLECTIVE

– COMO SURTIU A IDEIA E A CONSTITUIÇÃO DO COLETIVO PSICANÁLISE NA PRAÇA EM PORTO ALEGRE?

Estamos vivendo um momento histórico, político e social bastante difícil em nosso país, no qual, cada dia mais, somos silenciados e vivenciamos uma tentativa de apagamento das nossas memórias. No início de 2018, sofremos a perda de uma mulher, ativista, negra, lésbica, que lutava pelos direitos humanos e denunciava a violência que ficava escondida numa parte da cidade. Ela dava voz ao que era silenciado.

A morte da Marielle Franco foi um disparador para que o coletivo Psicanálise na Praça de Porto Alegre nascesse e ganhasse corpo. Esse assassinato foi sentido como um ataque à palavra, um silenciar de alguém que denunciava.

Pensamos que a psicanálise atua justamente no contraponto desse silenciamento. Nosso trabalho visa resgatar a importância da palavra, possibilitar espaços de fala, de pensamento e denúncia. Há um desejo de que as pessoas possam se autorizar a se encontrar com suas próprias histórias e tornarem-se sujeitos pensantes, desejantes e políticos, autores das suas trajetórias.

Foi diante deste cenário, que coloca em risco a democracia do país, que duas colegas psicanalistas, Cândice Damé e Fernanda Vial Costa, questionaram-se sobre o que mais poderiam fazer, além do que já vinham fazendo, para dar conta desse “sufocamento das palavras” que estamos vivendo.

Recebemos amparo para pensar e des-sufocar num coletivo de colegas psicanalistas de São Paulo, que realizam um trabalho na Praça Roosevelt levando a escuta analítica às ruas, e que se mostraram totalmente disponíveis para nos ajudar.

Na época, entramos em contato com eles através das redes sociais e recebemos um convite para irmos até a Praça Roosevelt conhecer o trabalho. Foi o que fizemos.

Esse encontro foi tão rico e potente que no dia 16 de julho de 2018, um mês após a experiência em São Paulo, nascia o coletivo Psicanálise na Praça de Porto Alegre, inaugurando um novo lugar de escuta psicanalítica na cidade, a Praça da Alfândega.

Nosso coletivo é composto por 12 psicanalistas com diferentes percursos de formação. A iniciativa resguarda um caráter independente, sem vínculos institucionais. Os psicanalistas que compõem o coletivo são: Augusto Paim, Carmela Brunelli, Daniela Izolan, Evelise Bastos de Braga, Fernanda Vial Costa, Fernanda Zin, Guilherme Ambros, Isadora Severo Garcia, Lorete Mattos, Luciana Vieira, Luciane David e Rodrigo Antunes.

¹ Composto por: Augusto Paim, Carmela Brunelli, Daniela Izolan, Evelise Bastos de Braga, Fernanda Vial Costa, Fernanda Zin, Guilherme Ambros, Isadora Severo Garcia, Lorete Mattos, Luciana Vieira, Luciane David e Rodrigo Antunes. E-mail: psicanalisenapraca@gmail.com

– NA CONSTRUÇÃO DO PSICANÁLISE NA PRAÇA, QUAL A INFLUÊNCIA DE COLETIVOS SEMELHANTES EM OUTRAS CIDADES DO PAÍS, COMO O COLETIVO QUE OCORRE EM SÃO PAULO?

O nosso coletivo nasceu desse encontro potente que foi possibilitado pela disponibilidade dos colegas psicanalistas do coletivo Psicanálise na Praça Roosevelt. A autorização e o apoio necessários para levar a psicanálise às ruas de Porto Alegre veio, primeiramente, de lá. Os colegas de São Paulo foram, e são, uma das nossas principais referências no trabalho da escuta analítica nas/das ruas.

Com o tempo, fomos criando corpo, aprendendo a engatinhar e depois a caminhar de maneira mais independente. Claro que, ainda hoje, algo que nos fortalece é a troca com os outros coletivos, que atualmente e felizmente são de diversos estados do país. Em nosso primeiro ano de trabalho, participamos de uma interlocução em São Paulo, em um evento sobre psicanálise nos espaços públicos, momento em que coletivos de várias cidades participaram e compartilharam suas experiências. Desde então, há intercâmbio constante com esses grupos.

Ao longo desses quase dois anos de trabalho, já conseguimos fazer nossas apostas, ter nossas percepções e um jeito próprio de andar, o que sustenta o nosso trabalho e tem a ver também com as especificidades impostas pelo território em que nos encontramos.

– OS ATENDIMENTOS REALIZADOS PELO COLETIVO ACONTECEM NA PRAÇA DA ALFÂNDEGA E, EM DIAS DE CHUVA, NO PALÁCIO DA JUSTIÇA. COMO SE DEU A ESCOLHA POR ESSES LOCAIS E OS TRÂMITES JUNTO AO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, BEM COMO JUNTO À POPULAÇÃO LOCAL DAS PRAÇAS, NA DIREÇÃO DE VIABILIZAR A OCUPAÇÃO DE UM ESPAÇO PÚBLICO?

A Praça da Alfândega logo surgiu como opção por ser um local simbólico na cidade, onde as pessoas se reúnem em diversos eventos culturais e políticos, como a Feira do Livro e protestos de toda ordem. Um pouco de pesquisa e uma visita à praça foram determinantes para tomarmos a nossa decisão. A praça, desde sempre, foi um local de passagem e acolhimento. Era por ali que chegavam a Porto Alegre passageiros e cargas, sendo o principal entreposto entre o interior do estado, outros estados e o exterior. Bem onde escolhemos nos colocar (entre o MARGS e o Memorial do Rio Grande do Sul) se avista o belo portal do antigo cais do porto fluvial da cidade, erguido no início do século XX, o que marca a vocação deste espaço de ser por onde as pessoas e as coisas podem circular.

Além disso, a configuração e o fluxo de pessoas são bem setorizados, fazendo com que se tenha uma grande circulação na face da Rua dos Andradas e mais calma na parte que abriga os prédios históricos do MARGS, do Memorial do RS e do Farol Santander. Assim, temos facilidade de encontrar lugares mais reservados para as duplas ocuparem, com a privacidade mínima que este trabalho requer.

A Praça da Alfândega só tinha um inconveniente: a impossibilidade de atendermos em dias de chuva e durante a realização da Feira do Livro. A busca por outro espaço nos levou a outro ponto simbólico da cidade, ainda dentro do Centro Histórico: a Praça da Matriz, que, pela proximidade, foi a opção pensada para o período da Feira do Livro. Ao visitar a praça e seu entorno, depara-

mo-nos com um espaço diferente da Alfândega, mas com tanta tradição quanto – um espaço que recebe a maior parte das reivindicações políticas, por estarem ali localizados, além da sede do Governo do Estado, a Assembleia Legislativa e o Palácio da Justiça. A Praça da Matriz, definitivamente, é um espaço do povo. Um espaço legítimo de ocupação que é procurado por todos aqueles que querem ter voz.

Logo percebemos que o Saguão externo do Palácio da Justiça seria um local suficientemente adequado para atendermos nos dias de chuva, o que significava que poderíamos atender todos os sábados. Como se trata de uma área, ainda que pública, de uso da Secretaria da Justiça, fizemos uma solicitação formal para ocupação do espaço, que foi prontamente atendida.

Esta foi a única autorização que pedimos. Tanto na Praça da Alfândega quanto na Praça da Matriz, entendemos que a nossa presença é um direito como cidadãos. Fomos aos poucos nos apresentando para os “donos” da praça – as pessoas que ali trabalham, transitam e até as que ali moram. Pudemos entender melhor esta vida que a praça possui a partir de uma conversa com Jorge Broide que, com sua larga experiência, nos alertou para este aspecto que é de fundamental importância. No início éramos estrangeiros nos abancando na casa alheia. Éramos observados, mas poucos se aproximavam. Estávamos mais fechados, mas aos poucos nos abrimos e hoje já nos sentimos mais parte da dinâmica da praça, embora este trabalho de imbricação esteja longe de terminar.

– O COLETIVO, ENQUANTO UM GRUPO INDEPENDENTE, ORGANIZA-SE DE QUE FORMA? GOSTARÍAMOS QUE COMENTASSEM SOBRE COMO SE DÃO AS REUNIÕES ENTRE OS PARTICIPANTES, SOBRE AS POSSIBILIDADES DE AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE INTEGRANTES, SE TODOS REALIZAM ATENDIMENTOS, SE HÁ UM CRONOGRAMA DE ATENDIMENTOS, ETC.

Nossa organização é bastante horizontal e norteada pelo nosso desejo. Seja para a presença na praça aos sábados, seja para as reuniões das segundas à noite ou para as outras atividades que nos ocupam. De forma geral, nossa identificação com o trabalho e a composição do coletivo faz com que todas as atividades tenham a participação constante da maioria de nós. É claro que estamos sempre conversando sobre nosso envolvimento para que estejamos atentos e atendendo às nossas atividades enquanto coletivo. Semanalmente, nos reunimos para discutir sobre o andamento do trabalho e direcionar os convites e questionamentos que recebemos. A partir da experiência do coletivo da Praça Roosevelt, nos deparamos com a ideia de intervenção, conceito análogo ao de supervisão, um espaço de trocas e discussões onde as diversas mentes que integram o coletivo se ajudam e se desenvolvem mutuamente. Com isso, também se estabelece uma integração entre os analistas, favorecendo as transferências dos pacientes com o coletivo e trabalhando as repercussões da rotatividade de analistas nos atendimentos na praça. Não existe divisão fixa de tarefas, então todos estamos comprometidos a estarmos presentes na maior parte destes espaços. Trabalhamos com o grupo inicial por aproximadamente um ano, por decisão nossa, para que o trabalho pudesse ter um mínimo de enquadre neste primeiro momento. Também consideramos que a intimidade do grupo inicial permitia uma troca mais profunda sobre as angústias que nos acometem a cada semana, mas que nos acometiam ainda mais no início.

Mais recentemente percebemos a necessidade de oxigenar o coletivo e recebemos, ao longo do último ano, quatro novos componentes. Nossas referências internas de que fossem colegas identificados não só com a psicanálise,

mas também com o viés social e político do trabalho que realizamos, foi determinante na abertura de espaço para essas novas entradas. O processo foi muito similar ao do começo dos nossos atendimentos: a própria experiência foi guiando o que dava certo e o que precisava ser repensado. A escuta das impressões dos novos participantes sobre o trabalho foi muito importante ao longo desse movimento de abertura. Provavelmente por ter sido um processo genuíno, um pouco conturbado, mas de troca e transparência, ele tenha dado tão certo. O grupo se beneficiou muito das visões novas que se agregaram, seja de correntes teóricas, seja de visões plurais da psicanálise.

– EM RELAÇÃO AO TRABALHO REALIZADO JUNTO À POPULAÇÃO, E ÀS ESPECIFICIDADES DESSA ESCUTA, COMO O COLETIVO PENSA E CONTEMPLA O ESTUDO TEÓRICO E A SUPERVISÃO, INERENTES AO TRIPÉ DA ESCUTA PSICANALÍTICA?

Todos os integrantes do coletivo se consideram psicanalistas em formação, não apenas pela constituição singular do tripé psicanalítico de cada um, mas também por entendermos que a formação é algo contínuo e que precisa ser tão dinâmico quanto a população que se escuta – seja no consultório, seja na praça. Desde o início do coletivo, nos preocupamos em supervisionar nossa prática com psicanalistas mais experientes em nossas reuniões de segundas-feiras e também na praça – em horários diversos aos de atendimento – buscando essa integração da rua com a supervisão. No entanto, na praça nos deparamos com especificidades não contempladas na literatura psicanalítica que se poderia chamar de tradicional, bem como situações em que mesmo a mais vasta experiência em consultório demandaria criatividade para supervisionar. Com isso, ganha importância o intercâmbio com outros coletivos, dando uma atenção especial ao que estes vêm estudando e produzindo.

– EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO PARA A QUAL SÃO OFERECIDOS OS ATENDIMENTOS, BEM COMO EM RELAÇÃO À COMUNIDADE PSICANALÍTICA DE PORTO ALEGRE, QUAIS AS MAIORES RESISTÊNCIAS E DESAFIOS ENCONTRADOS AO LONGO DO PERCURSO DO COLETIVO?

Nossa chegada foi bastante desejada e cheia de inseguranças. No primeiro sábado de atendimentos, não sabíamos nem como nos posicionarmos direito. Os questionamentos eram muitos: “não estamos muito fechados? As pessoas não ficarão intimidadas ao vir falar conosco? Devemos ir conversar com as pessoas? Esperamos?” Enfim, éramos um coletivo de psicanalistas que transitava entre o desejo de levar a escuta para uma praça a céu aberto e a angústia de lidar com um lugar totalmente desconhecido.

Quando nos dávamos conta, estávamos fechados em nós mesmos. Sentávamos em nossas cadeiras num círculo fechado, o que já demonstrava que, apesar de estarmos lá, no meio da praça, “disponíveis” para receber pessoas, nossos corpos mostravam o contrário – não estávamos tão disponíveis assim. Ou melhor, nosso questionamento era: para qual público estamos abertos?

No decorrer do tempo, fomos percebendo que a maioria das pessoas que buscava a praça para atendimento chegava a nós pela página do Facebook, ou seja, eram pessoas que iam até o Centro para serem atendidas, já tendo algum conhecimento do que estaríamos oferecendo. Talvez esse tenha sido nosso primeiro desafio. Como mostrar que estávamos disponíveis e acessar os moradores e trabalhadores da praça? Como levar a psicanálise para aquelas pessoas que nem tinham conhecimento dela? Como disponibilizar a nossa escuta para aque-

le território? Foi quando começamos a nos deparar com a clínica na/da rua e a importância da escuta do território. Para nos auxiliar nesse novo lugar, tivemos uma supervisão com o psicanalista Jorge Broide, que se disponibilizou a ir até a praça para conversar conosco e nos possibilitou um novo olhar sobre o trabalho da clínica na/da rua.

Além da nossa resistência e dificuldade em nos aproximarmos desse novo lugar, nos deparamos com um território que tem “donos”. Moradores, trabalhadores e pessoas em geral que ocupam a praça muito antes de nós e para as quais acreditamos que o modelo de psicanálise oferecido em instituições e consultórios particulares é algo muito distante.

Foi justamente por nos propormos a percorrer esta distância que nossa jornada se mostrou interessante junto à comunidade psicanalítica, que majoritariamente mostrou apoio e incentivo ao nosso trabalho, principalmente nas instituições das quais nossos membros participam, abrindo espaços para falarmos de nossa experiência. Na grande maioria dos casos, o coletivo é visto como um movimento de resistência à elitização e à exclusão da psicanálise. Porém, algumas manifestações de desagrado fundamentadas no argumento de que a psicanálise exige uma estrutura específica para que a transferência se dê sempre aparecem. Há quem acredite que em nossa viagem nos afastamos demais daquilo que conhecem. Falou-se sobre frequência, sobre privacidade e outros elementos que compõem o *setting* que se costumam encontrar ao procurar um analista, inclusive questionando se nosso trabalho é ou não psicanálise. Mas, afinal, o que é psicanálise? Acreditamos que definir a psicanálise é também definir o que não é psicanálise; cria-se assim uma ideia de nós e eles, estrutura lógica de um estado de mente fascista, que repete na comunidade psicanalítica a mesma exclusão vista nas ruas, produzida por um funcionamento social e político que se viu intensificado nas últimas eleições. Justamente por nos reconhecermos como integrantes deste mesmo sistema social, entendemos a seriedade e ética de nosso trabalho, que se propõe a ser mais ponte e menos muro. Buscamos sempre uma forma ética de construir estas pontes para que nosso trabalho não reproduza uma “colonização”, através da psicanálise, do território em que nos inserimos sem convite. Mas como oferecer nossa escuta sem fazer uso do discurso? E o que estaremos reproduzindo, perpetuando e significando nesse discurso? São questionamentos que mantemos vivos em nossas mentes para que a assimetria que levamos à praça seja apenas analítica.

– A ESCUTA PSICANALÍTICA ESTÁ PRESENTE NO CONSULTÓRIO E FORA DELE, COMO NO TRABALHO REALIZADO NA PRAÇA. NOS CONTEM QUAIS AS SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS QUE PERCEBEM NO *SETTING*, NA TRANSFERÊNCIA E NA FREQUÊNCIA, POR EXEMPLO.

Nosso trabalho não prescinde destes elementos de uma prática analítica dita “tradicional”, mas implica aproximar-se de questões como *setting*, transferência e frequência de uma maneira particular e inventiva. Aposta-se na transferência com o coletivo de analistas; embora a singularidade de cada caso possibilite a vinculação a apenas um, propõe-se que a figura em que se apoia a dinâmica da transferência seja a do grupo. Em Freud, encontramos a ideia de que em transferência há a repetição de determinados “clichês”, estruturas de catexia libidinal que se repetem dirigindo-se à figura do analista. No entanto, ele destaca que a transferência se dá em todos os setores da vida, sendo uma propriedade do aparelho psíquico, e não da psicanálise ou da figura de quem dirige o tratamento. Dessa forma, nosso trabalho aposta na possibilidade de

uma escuta do inconsciente desde a relação do paciente com o grupo, partindo desta ideia de transferência como um traçado pulsional que se dá em qualquer campo da vida de um sujeito – e que assim se torna passível de contar parte de sua história inconsciente, manifestada nas cenas particulares que se constituem entre sujeito e analista(s) de um coletivo.

O *setting* é o mais inusitado, tendo em vista o costumeiro consultório: os entrecruzamentos e invasões dos entornos da praça acontecem com certa frequência, o que pode inibir alguns analisandos. Entretanto, é impressionante o quanto o espaço público pode ser convidativo a uma abertura do inconsciente. Mantemos conosco sempre um analista responsável pela recepção das pessoas que se aproximam, apresentando o trabalho, anotando a ordem da fila de espera de pacientes e ficando como ponto de referência a cada começo ou fim de atendimento. Essa ideia surgiu como uma tentativa de organizar nosso funcionamento na praça e, principalmente, autorizar os analistas a se lançarem à praça com menos resistência: tanto ao espaço físico quanto ao contato com quem quer que esteja buscando uma escuta. Todos os sábados às onze horas, posicionamos a placa do Psicanálise na Praça entre o MARGS e o Memorial do Rio Grande do Sul, o que sinaliza o início dos atendimentos, e os analistas estão sempre disponíveis para a escuta no mesmo horário, com as cadeiras de praia. Acreditamos que o somatório destes elementos auxilia na sustentação do *setting*, assim como na coesão entre os integrantes do coletivo.

Os atendimentos ocorrem somente em um dia da semana, aos sábados. No entanto, isso não delimita que a frequência seja de apenas um horário, visto que há a possibilidade de atendimento em até três horários no sábado, a depender da demanda do caso e disponibilidade dos analistas. Já nos deparamos com a ideia de uma “limitação de frequência” ao referirmos que nosso trabalho só acontece no sábado, mas entendemos que isso significa partir dos parâmetros do consultório para pensar a praça. Temos clara a noção de que a praça é um dispositivo diferente do consultório e, embora não nos pretendamos sem furos, trata-se de partir da falta enquanto potência criativa. Sustentamos, assim, a potência e a constância de nossa presença todos os sábados na praça, sem alteração no horário em que nos dispomos a lá estar. Entendemos que assim como a rotatividade dos analistas, esta frequência é parte importante para a manutenção/continuidade do trabalho.

Sabemos que é de uma ética que se trata. Seja no consultório, seja no espaço público, a escuta não é psicanalítica por suas ferramentas de divã ou alta frequência e sim porque há uma ética que a sustenta. E é para isso que se voltam os nossos investimentos enquanto psicanalistas, que disponibilizam uma escuta na praça ou em qualquer outro lugar em que haja um sujeito que queira falar.

– GOSTARÍAMOS QUE COMENTASSEM OS EFEITOS PERCEBIDOS NOS SUJEITOS ESCUTADOS, BEM COMO SE, DESDE OS EFEITOS DE UMA ESCUTA, CONSTRÓI-SE A POSSIBILIDADE DE FORMAÇÃO DE DUPLAS FIXAS DE TRABALHO ANALÍTICO NA PRAÇA, POR EXEMPLO, E/OU ENCAMINHAMENTOS PARA ESPAÇOS PRIVADOS DE ATENDIMENTO EM RAZÃO DE ALGUMA ESPECIFICIDADE DO CASO.

Avaliamos, sempre, a singularidade de cada caso. Na particularidade de cada encontro, diferentes desdobramentos são possíveis. Sim, duplas fixas de trabalho se formam, assim como já foi necessário que encaminhássemos situações para outros espaços. Mas estas são possibilidades, não o mais comum de ocorrer, já que, com o processo de amadurecimento do nosso trabalho, fomos

conseguindo criar diferentes maneiras de acolher as demandas que nos chegam, de fato podendo explorar com mais propriedade a potência que o espaço público e o trabalho em coletivo abarcam. Como exemplo, nos ocorre a lembrança de uma família que buscou o coletivo e, diante das especificidades desta chegada e das cenas que nos contavam sobre essa história familiar, compreendemos que seria necessário que a transferência com o coletivo desse conta de construir a separação alteritária que esses psiquismos não foram capazes de sustentar. Cada sujeito era atendido pelo coletivo dentro da rotatividade de analistas, mas nunca pelo mesmo que já atendera alguma vez a outro membro da família, ainda que essa fosse a convocatória. Com o tempo, cada um foi compreendendo que, em transferência com o coletivo, vivia um processo próprio.

Do lado oposto, temos também pacientes que buscam o coletivo enquanto grupo, porque necessitam e se beneficiam dessa diluição da transferência que, em dupla, e por conta da maneira como funcionam, poderia se tornar extremamente maciça e difícil de suportar. Convocando a todos esses olhares, estes sujeitos encontram um lugar onde é possível falar de seus medos, delírios, fantasias e, assim, deparar-se com eles amparados pela contenção de um grupo que rodeia e sustenta.

Estar na praça é, sobretudo, uma experiência de abertura e surpresa. Nosso trabalho se desdobra nos efeitos que costumamos encontrar naqueles que são escutados em transferência – a historização e narrativização do sofrimento, a construção de representações, a nomeação de arranjos singulares de sintomas, etc. –, no entanto, ele também implica deparar-se com os efeitos inesperados. Entendê-los é um trabalho constante de observação e ampliação desse olhar.

– VOCÊS GOSTARIAM DE COMPARTILHAR ALGUMA SITUAÇÃO OCORRIDA CUJOS EFEITOS TENHAM PROPICIADO REFLEXÕES SOBRE O ALCANCE E POTÊNCIA DA ESCUTA PSICANALÍTICA, E QUAIS REFLEXÕES FORAM ESSAS?

Na praça, toda situação provoca reflexão. Seja em um contato breve, seja em um atendimento recorrente, a disponibilidade da escuta é o que destrava a possibilidade de um efeito terapêutico. Algumas pessoas passam. Algumas fotografam. Algumas vêm conversar. E, claro, algumas ficam. De qualquer forma, cada pessoa é um convite para que a (nossa) reflexão aconteça.

Poderíamos trazer diversas situações, mas duas específicas podem ilustrar o alcance da nossa presença e a potência da escuta que praticamos. Certa vez, presenciamos a cena de dois trabalhadores que varriam a rua e, ao passar pela nossa placa, um disse ao outro: “Colega, vamos fazer psicanálise hoje?” Assim, com tamanha espontaneidade, entendemos o quanto a nossa simples presença neste espaço permite que a transferência com a psicanálise aconteça, que a psicanálise se apresente enquanto possibilidade para pessoas que provavelmente não a teriam em um espaço mais convencional. Outra situação emblemática: em algum sábado recepcionamos, como de costume, um paciente frequente, e com o passar do tempo percebemos quão inusitada era a (des)configuração do *setting* que estávamos vivenciando. Com as cadeiras em círculo, oito analistas participaram do seu atendimento por mais ou menos duas horas. Este arranjo inconsciente possibilitou que cada analista fosse nomeado como um “personagem” da história do paciente, de forma que conseguisse pôr em palavras nuances de um conflito significativo da sua vida. A intensidade desta vivência levou à reflexão e sustentação de uma crença, que fala sobre a escuta psicanalítica não ter métricas nem lugares específicos. Mas também fez perceber a potência

do efeito terapêutico do trabalho na praça, que se dá a partir do momento em que pessoas que não têm necessariamente uma demanda formulada são impactadas e, transferenciadas com a psicanálise e com o coletivo, podem reconhecer e sustentar que o que sentem se trata de um sofrimento psíquico.

– COMO VOCÊS SENTEM QUE O TRABALHO DO COLETIVO SE DESENVOLVEU NESTE TEMPO DE EXISTÊNCIA? O QUE MUDOU DESDE OS PRIMEIROS ENCONTROS ATÉ O MOMENTO PRESENTE E QUAIS OS PRÓXIMOS PASSOS?

Como toda experiência inaugural, nosso caminho se iniciou calcado naquilo que já conhecíamos, ou seja, a atuação no consultório. Assim, em um primeiro momento, constituiu-se um trabalho que por vezes acabava por levar o consultório à praça. Foi com o tempo de existência e trabalho que se possibilitou um processo de construção da praça como um novo lugar, que exige um novo pensar e nos convoca a uma aproximação inventiva da teoria e técnica psicanalíticas. Hoje, fica mais claro que se trata de construir um novo dispositivo, que demanda criações e recriações, e não de fazer uma cópia do consultório em outro ambiente. Somos, dessa forma, convocados a uma abertura do pensar em psicanálise, a produzir teoria sobre o trabalho que realizamos e a enlaçá-lo a outros temas que se atravessam quando nos colocamos no espaço da praça: questões de urbanização, território, classe, entre outras. Evidencia-se, nesse momento de nossa caminhada, a necessidade de trabalhar os conceitos psicanalíticos não “na” praça, mas “a partir da” praça, em seu potencial de abertura de sentidos, e em relação aos campos ético, clínico e político que o dispositivo se propõe a entrelaçar.

Atualmente, nossas reflexões voltam-se cada vez mais ao tema da territorialidade. Passado este tempo de existência do coletivo, percebemos o processo contínuo de vinculação entre os agentes sociais do território e o nosso grupo. Quando inauguramos este trabalho, não apenas passamos a oferecer uma escuta na Alfândega, mas também demos início a um processo de inserção em um território, e neste ponto de nossa trajetória isso começa a saltar aos olhos como parte essencial da constituição do dispositivo. Nos ocupamos agora das implicações práticas e das reflexões teóricas acerca da relação entre a escuta do inconsciente e a cidade.